



2015

35º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** e o preenchimento do **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que **contém 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D) e **03 (três) questões discursivas**, distribuídas da seguinte forma:

| QUESTÕES OBJETIVAS | |
|--------------------------|---------|
| Direito Civil | 01 a 08 |
| Direito Constitucional | 09 a 16 |
| Direito Processual Civil | 17 a 20 |

| QUESTÕES DISCURSIVAS | |
|----------------------|--------------------------|
| 1ª | Direito Civil |
| 2ª | Direito Constitucional |
| 3ª | Direito Processual Civil |

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“O amor é a força mais sutil do mundo”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Processo Seletivo.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, **fabricada em material incolor e transparente**, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a saída do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Processo Seletivo, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES, O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita** E O CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. Leia as instruções constantes da capa do caderno de respostas definitivo.
12. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
13. O gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio, no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponível também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

DIREITO CIVIL

01. É responsável pelos danos causados pela publicação do conteúdo de terceiros em *blog*:
- (A) o autor do artigo
(B) o titular do *blog*
(C) o *designer* do *blog*
(D) o provedor de internet
02. Um dos credores de obrigação indivisível somente pode receber a coisa devida, se:
- (A) recebê-la simultaneamente de todos os devedores
(B) combinar o local da entrega com o devedor
(C) apresentar caução de ratificação
(D) a coisa vier dividida
03. Com relação aos defeitos do negócio jurídico, **NÃO** é hipótese de vício de consentimento:
- (A) o erro
(B) o dolo
(C) a coação
(D) a simulação
04. No que tange à responsabilidade civil, os elementos que devem estar sempre presentes são:
- (A) conduta, dano e dolo
(B) conduta, dano e culpa
(C) nexa causal, conduta e dano
(D) nexa causal, conduta e culpa
05. Pelo Código Civil, **NÃO** são considerados como bens móveis:
- (A) as energias que tenham valor econômico
(B) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações
(C) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes
(D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem
06. A incapacidade relativa de uma das partes:
- (A) pode ser invocada pela outra parte a quem aproveite
(B) não pode ser invocada pela própria parte em seu benefício
(C) não pode ser invocada pela outra parte em benefício próprio
(D) pode ser invocada por quaisquer das partes a quem aproveite
07. Quanto aos bens públicos, é correto afirmar que:
- (A) são alienáveis os dominicais
(B) são inalienáveis os desafetados
(C) são alienáveis os de uso especial
(D) são alienáveis os do uso comum do povo

08. Uma vez interrompida, a prescrição:
- (A) aproveita todos os credores
(B) recomeça a correr da data do ato que a interrompeu
(C) pode ser novamente interrompida pela mesma causa
(D) reinicia sua contagem descontando o prazo já decorrido

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. A aposentadoria compulsória dos servidores públicos pode ocorrer:
- (A) aos 55 anos de idade, se mulher
(B) aos 60 anos de idade, se homem
(C) aos 70 anos para todos os agentes estatutários
(D) aos 75 anos para Ministros dos Tribunais Superiores
10. A Câmara de Vereadores, por ser um órgão público, possui:
- (A) capacidade civil
(B) incapacidade relativa
(C) personalidade judiciária
(D) personalidade jurídica
11. A filha de um alemão, casado com uma portuguesa, nascida no Rio de Janeiro no período em que seu pai se encontrava a serviço de uma multinacional alemã, é considerada:
- (A) brasileira naturalizada
(B) brasileira nata
(C) estrangeira
(D) apátrida
12. O mandado de segurança coletivo **NÃO** poderá ser impetrado por:
- (A) partido político com representação no Congresso Nacional
(B) entidade de classe de âmbito nacional
(C) associação paramilitar
(D) organização sindical
13. Segundo a Constituição da República, possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade:
- (A) o Prefeito
(B) o Procurador-Geral do Município
(C) o Presidente do Supremo Tribunal Federal
(D) o Governador do Estado ou do Distrito Federal
14. **NÃO** é cabível ação civil pública para veicular pretensão relativa a(ao):
- (A) tributos
(B) meio ambiente
(C) direito do consumidor
(D) bens e direitos de valor artístico

